

SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO EM REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS PAULISTAS: DIFERENTES OPÇÕES POLÍTICAS EM COMPARAÇÃO

NUNES, Paula de Souza

055-16-8819-8376

paulasnunes@gmail.com

PATRÍCIO, Cláudia Vieira

055 -16-9293-7466

clavp@bol.com.br

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto/SP (Brasil)

Maio de 2011

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,
CNPq

O trabalho ora apresentado insere-se no processo de reflexão teórica e coleta de dados que integra pesquisa interinstitucional (USP, UNESP, UNICAMP) desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional, GREPPE, intitulada “As Parcerias Público-Privadas para a compra de Sistemas de Ensino: análise das consequências para a organização do trabalho na escola” (GARCIA et al, 2009). Este texto objetiva realizar uma análise comparativa da gestão educacional de dois municípios paulistas com opções políticas opostas em relação à adoção de sistemas privados de ensino. Discutimos uma tendência muito forte no estado de São Paulo à padronização do Ensino Fundamental associada à adoção de sistemas privados de ensino por intermédio de parcerias entre as administrações públicas e o setor privado. Os dados obtidos, por meio de entrevistas com os gestores dos sistemas, análise documental e observações, revelam opções e ações políticas diferenciadas em relação aos sistemas privados de ensino. Em um dos municípios temos, no ano de 2008, o estabelecimento de parceria para a compra de sistemas privado de ensino, enquanto o outro encerra uma parceria que havia sido firmada com a empresa privada para os mesmos fins, quatro anos atrás. Buscamos analisar comparativamente as justificativas dos gestores municipais para as medidas em

questão tomando como parâmetro a legislação brasileira no tocante à autonomia pedagógica e diversidade curricular.

Palavras-chave: parceria público-privada; sistemas de ensino; autonomia pedagógica.

1. Introdução

Este trabalho decorre de pesquisa interinstitucional (USP, UNESP, UNICAMP) realizada pelo Grupo de Estudos Pesquisa em Política Educacional, GREPPE, intitulada “As Parcerias Público-Privadas para a compra de Sistemas de Ensino: análise das consequências para a organização do trabalho na escola” (GARCIA et al, 2009).

Este texto objetiva realizar uma análise comparativa entre duas administrações públicas municipais paulistas, no que se refere a opções políticas opostas em relação as parcerias com o setor privado para adoção de sistemas privados de ensino.

O termo parceria é aqui utilizado para designar uma forma de relação entre os setores: público e privado, no qual o primeiro delega ao segundo um conjunto de responsabilidades que lhe são tradicionais (BEZERRA, 2008).

A adoção de sistemas privados de ensino, por sua vez, implica legalmente em um contrato entre o poder público e empresas privadas. Todavia, tais sistemas são compostos por um conjunto de produtos e serviços que incidem sobre a organização curricular, a formação docente e processos de avaliação de rendimento. As empresas fornecedoras de sistemas oferecem, além de material didático para alunos, assessoria pedagógica, cursos com variados formatos a professores, orientações às secretarias de educação, sendo elas próprias, muitas vezes, avaliadoras do trabalho desenvolvido nas escolas. (ADRIÃO, et al 2009)

Optamos por não divulgar os nomes verdadeiros dos respectivos municípios, com o intuito de preservar a identidade dos mesmos, uma vez que se trata- de uma pesquisa ainda em andamento. No item da contextualização dos municípios utilizaremos a terminologia município A e município B.

Ainda com relação às identificações, também optamos por não publicar os nomes dos entrevistados e nem das empresas privadas que firmaram parceria com os municípios pesquisados.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: o item um refere-se à Introdução onde apresentamos os objetivos do artigo e a estrutura do texto; no item dois, discutiremos o modelo gerencial de administração, relacionado à reforma gerencial do Estado de São Paulo nos anos 1990 e a posterior tendência de padronização do Ensino Fundamental associada à adoção de sistemas privados de ensino por intermédio de parcerias entre as administrações públicas e o setor privado; no item três, faremos a contextualização da adoção da parceria no município A; no item quatro, abordaremos a contextualização da adoção e ruptura da parceria no município B, e por último no item cinco serão feitas as considerações finais do trabalho.

2. Modelo Gerencial de Administração

Para entendermos as mudanças curriculares adotadas nas políticas públicas educacionais nos municípios pesquisados precisamos fazer um pequeno recuo no tempo e analisarmos o contexto político, econômico e social brasileiro da década de 1990, para visualizarmos que as reformas educacionais em pauta hoje em dia são reflexos da reforma Gerencial do Estado iniciada naquela década. (ADRIÃO et. al., 2009)

No Brasil, em meados da década de 1990, ganha corpo uma Reforma do Estado pautada no modelo gerencial de administração pública que visava a descentralização na oferta de serviços como forma de aumentar sua eficiência e eficácia. Como parte das medidas adotadas pelo Estado pós reforma dos anos 1990 podemos citar: a descentralização das funções administrativas para os entes federados e o estímulo às parcerias entre o setor público e organizações não-estatais, principalmente nos serviços de educação e saúde, deixando o Estado de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, ficando com a função de definir e controlar decisões estratégicas. (FONSECA, 2009)

Nas palavras de um dos seus idealizadores Luis Carlos Bresser Pereira (2010),

Uma característica central da Reforma Gerencial brasileira foi a distinção entre atividades exclusivas do Estado, que envolvem poder de estado, e as atividades não exclusivas que devem ser realizadas por organizações públicas não estatais. Essas organizações sociais garantem uma flexibilidade e uma eficiência administrativas maiores. (BRESSER-PEREIRA, p. 116, 2010)

É de extrema importância compreendermos o contexto de Reforma Gerencial Brasileira dos anos que se seguiram a 1990, para conseguirmos analisar em que contexto irão surgir as mudanças nas políticas públicas educacionais que são objetos de estudo em nossa pesquisa.

Segundo Adrião e Garcia (2008)

o que se pretende é introduzir na gestão pública mecanismos que permitam aos usuários e gestores responsabilizar os “prestadores” de determinado serviço por aquilo que é oferecido à sociedade. Os exemplos variam da criação de ouvidorias, já existentes em diversas esferas da administração pública, à adoção de mecanismos de premiação ou “punição” às instituições-fim, gestores públicos ou funcionários que tenham atingido o padrão estabelecido – nesse caso com intuito de constituir um quase mercado. (ADRIÃO, GARCIA, p. 781/782, 2008)

Esta política do Estado pautada no modelo gerencial de administração irá apontar novos caminhos para a oferta e a organização dos serviços públicos e sociais no país. A educação entrará em cheio nessa nova lógica de administração.

Nesse modelo de administração, as escolas são responsabilizadas e cobradas pelos seus resultados. Cabe ao Estado, além da função coordenadora, avaliar a competência da escola e essas avaliações se darão através de índices obtidos em modelos padronizados de avaliações externas.

A avaliação passa a ser uma das peças chave para concretização do papel do Estado na administração da educação pública, deixando de ser o “Estado Executor” para transformar-se em “Estado Avaliador”, a avaliação passa a ser uma estratégia para propiciar o alcance das metas de melhoria da eficiência e qualidade da educação. (SOUSA, 2003)

Segundo Silva (2009)

A avaliação quantitativa constitui um dos instrumentos para adaptar o sistema educacional brasileiro à nova ordem global instituída nos anos 1990. (...) Integravam-se ao movimento conhecido como Reforma do Estado (...) Entre as ações prioritárias destacavam-se (i) a descentralização administrativa, pela qual foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as denominadas organizações sociais, que se configuram como entidades “de direito privado públicas, não-estatais”; e (ii) a avaliação classificatória de desempenho serve ao Estado descentralizado, como forma de permitir a sua regulação. Portanto, descentralizar e avaliar tornaram-se eixos estruturantes na educação. (SILVA, p. 220, 2009)

As avaliações externas ou institucionais entram na lógica do modelo gerencial de administração como um instrumento do Estado capaz de aferir e quantificar resultados. A qualidade da educação passa a ser medida por índices que na maioria das vezes consideram o desempenho dos alunos nessas avaliações padronizadas, somados aos índices de fluxo, ou seja, reprovação e evasão escolar.

Das avaliações externas são extraídos os índices que aferem a qualidade da Educação no país e no Estado de São Paulo. Temos como índice Nacional o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e como índice estadual temos o Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo). Apesar de terem metodologias diferenciadas, esses índices são compostos pelo resultado obtidos pelos alunos nas avaliações externas de proficiência e pelo número de reprovação, evasão escolar e relação idade série dos alunos de cada escola.

Os resultados obtidos com esses índices acabam sendo amplamente divulgados pela mídia impressa e falada, criando um sistema não-oficial de “ranqueamento” entre as escolas.

2.1. Padronização dos Currículos e Avaliações Externas

A educação nacional entra na lógica do Modelo Gerencial de Administração, e como vimos, outra característica desse modelo é a responsabilização da escola pelos seus resultados aferidos por essas avaliações. Sendo assim, os gestores educacionais municipais começaram a buscar meios para garantir o sucesso dos seus alunos nos exames externos, pois segundo a lógica do Estado esses índices são os que avaliavam a qualidade da educação.

Diante dessa realidade, as Secretarias Municipais de Educação, como o caso dos municípios pesquisados, começaram a buscar alternativas para melhorar o desempenho dos alunos nesses testes, segundo nossas hipóteses, uma das alternativas encontradas para tal, seria a padronização dos currículos, ou seja, os currículos das redes municipais de ensino passariam a ser condicionados aos conteúdos exigidos nas avaliações externas.

Em dados já extraídos de entrevista com a secretária municipal de educação do município A, a mesma afirma que a compra do “sistema de ensino” visava à melhoria na qualidade da educação, bem com a padronização da rede e que todo o material

apostilado da empresa privada está de acordo com as competências e habilidades cobradas nessas avaliações externas. A secretária ainda atribui como sendo um dos fatores responsáveis por uma pequena melhora no Ideb do município a compra do “sistema de ensino”. (NUNES, PATRICIO, 2010)

Concordamos com Sousa e Oliveira (2003), que nos dizem

Se com o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) o que se provoca é a competição entre unidades federadas, no caso de sistemas criados pelas próprias unidades federadas, com desenho censitário, esta lógica competitiva é transferida para as escolas, acrescida do poder de conformar os currículos escolares. Nessa perspectiva, vale lembrar o significado que podem assumir os Parâmetros Curriculares Nacionais, no sentido de se constituírem nos padrões de desempenho esperados, ou seja, os conteúdos a serem ensinados nas escolas serão aqueles que serão "cobrados" nas provas, elaboradas pelas instâncias externas à escola. (SOUSA e OLIVEIRA, p. 882, 2003)

Outro ponto importante da Reforma Gerencial também aplicada à Educação é a mudança no modelo de financiamento da educação básica com a introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que posteriormente foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a criação desses Fundos provocou uma descentralização dos recursos que estavam concentrados nas mãos da União. (PINTO, 2007)

O efeito imediato da criação desses Fundos foi o acelerado processo de descentralização da educação pública no Estado de São Paulo, por meio da municipalização da oferta de vagas no Ensino Fundamental, principalmente nas séries iniciais. Os governos municipais viam no Fundef e posteriormente no Fundeb um meio excepcional para obtenção de recursos financeiros, pois cada aluno matriculado em sua rede representava um montante a mais de dinheiro para o município investir teoricamente em Educação.

Diante da municipalização desenfreada no Estado de São Paulo, muitos municípios assumiram a responsabilidade de ofertar o ensino obrigatório sem muitas vezes estarem preparados para isso, essa medida levou muitos gestores municipais a optarem por parcerias com setores da esfera privada, buscando assegurar a oferta de vagas e comprando materiais e suporte teórico pedagógico para a implementação em suas redes ou sistemas de ensino. (ADRIÃO, GARCIA, BORGHI E ARELARO, 2009)

Concordamos com as palavras de Arelaro (2007) que expressam a condição na qual se viram os gestores municipais da educação frente à municipalização desenfreada, fazendo a opção pela compra de “Sistemas de Ensino” privado que muito pouco tem a ver com a realidade de suas cidades,

No processo turbulento e até irresponsável de municipalização de todo ou de parte significativa do ensino fundamental, seus dirigentes educacionais não conseguiram organizar, com um mínimo de condições objetivas e dignas de trabalho, um cotidiano escolar que favorecesse o florescimento de experiências pedagógicas singulares e interessantes nas suas redes públicas de ensino. Nem mais acreditam que seus professores sejam capazes de propor projetos de excelência pedagógica para suas escolas e, assim, para que não sejam novamente apontados como exemplo de um "pobre ensino pobre", vêm adotando "contratos" com metas de melhoria de desempenho, em curto e médio prazos, com escolas e instituições que pouco ou nada têm a ver com suas cidades, suas histórias e seus moradores. (ARELARO, p. 915, 2007)

Pelo que já pudemos analisar a partir das entrevistas e dos dados já coletados, processo semelhante aconteceu nos municípios pesquisados. Estes tem se apresentado como casos típicos de municípios paulistas que vivenciaram um processo recente de municipalização do ensino fundamental, e que também fizeram a opção pela compra de um “sistema de ensino privado”, com dinheiro conseguido via Fundeb, para garantir, segundo uma das secretárias municipais da educação entrevistadas, um ensino de qualidade.

A temática nos remete a buscar compreender os motivos que levaram os gestores municipais da educação a fazer a opção pela compra de um sistema privado de ensino que padroniza o currículo como meio para alcançar a qualidade na educação, aferida pelos indicadores extraídos das avaliações externas.

3. Contextualização do município A

O município A pesquisado localiza-se no interior do Estado de São Paulo, possui cerca de 29 mil habitantes, tem uma área de 311 Km². É um município que vive da indústria e do agronegócio. Assim como a maioria dos municípios do Estado, este também aderiu à política de municipalização das escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental ciclo I, no ano de 2001.

O município conta com oito escolas municipais, sendo quatro de educação infantil e outras quatro de ensino fundamental ciclo I, iniciando a partir do ano 2011

também a oferta do 6º ano do Ensino Fundamental de ciclo II¹. Seguindo tendência apontada acima, no ano de 2007, o município aderiu à política de parceria entre administração pública e iniciativa privada, adotando um sistema privado de ensino.

3.1. Adoção do Sistema de Ensino

Em 2007 o poder público executivo municipal faz a opção pela compra de um Sistema Privado de Ensino para as escolas municipais de Ensino Fundamental, e segundo dados já obtidos em entrevista com a Secretária Municipal da Educação, o que motivou o município a adquirir tal sistema foi à necessidade sentida pelos gestores de padronizar o ensino na rede municipal de educação. (NUNES, P. PATRICIO, C. 2010)

A compra de tal sistema de ensino deu-se por iniciativa do prefeito da época, segundo dados obtidos em entrevista, não houve uma consulta prévia à comunidade escolar para adoção de tal sistema. Como o município possuía recursos obtidos via Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), ainda segundo palavras da secretária municipal de educação, o prefeito busca a compra de um sistema privado de ensino com tal recurso.

Para a escolha do material, formou-se uma comissão composta por diretores, coordenadores pedagógicos e pela secretária municipal da educação, os integrantes da comissão analisaram cinco marcas distintas de matérias e fizeram a opção pela compra de um material de uma das empresas, segundo dizeres da secretária por ser um material de maior qualidade em relação aos outros.

A partir das entrevistas realizadas no município e das observações e análise de dados, pudemos constatar que o kit comprado pelo município A, que faz parte do que denominaremos “sistema de ensino”, corresponde a: material apostilado padronizado para todos os alunos do Ensino Fundamental, material de apoio para os professores, alguns materiais pedagógicos utilizados durante as aulas (mapas, gráficos, imagens, jogos, etc) e alguns cursos e palestras de capacitação para o uso do material.

Não será nosso objetivo neste trabalho discutir a qualidade dos materiais adquiridos pela parceria entre o setor público e a empresa privada, e sim, discutir e

¹ O Ensino Fundamental corresponde ao nível obrigatório de ensino na educação básica brasileira. É constituído por nove anos de escolarização, organizados nos municípios pesquisados em dois ciclos- o ciclo I, composto pelos primeiros cinco anos e o ciclo II, composto pelos anos finais.

analisar os motivos que motivaram os gestores do município a firmarem a parceria para a compra deste tipo de sistema de ensino.

A secretária municipal de educação do município A afirma que a compra do “sistema de ensino” visava à melhoria na qualidade da educação, bem com a padronização da rede. O depoimento abaixo ilustra esse posicionamento:

no ano de 2007 em março ou abril, já começando o 2º bimestre foi implantado o Sistema de Ensino X, era a administração anterior, o prefeito era outro, e esse nosso prefeito atual era vice, e aí juntou-se uma comissão com a antiga secretária, eu fiz parte dessa comissão pra escolher qual sistema se adequaria a nossa rede, foi colocado alguns deles, essa comissão estudo, cada apostila, fizemos um relatório eu guardei pra vocês verem qual o critério que nós usamos para poder chegar no Sistema X de Ensino(...)foi tentado antes do sistema de ensino várias vezes pra unifica a rede, se você não trabalha com uma estrutura que mais ou menos igual, lógico respeitando a especificidade de cada clientela, o pai começa a fazer opção pela escola A ou a B, e o pai começa a deixa aquela escola rotulada, aquela não é boa, aquela é... aquela é só de pobre, aquela não sei o que, então começaram a omitir endereço(...) E aí a gente percebeu que não conseguia nunca, porque a escola A aceitava a B já não aceitava, então nós pensamos, nós juntamos essa comissão, e dissemos se a gente implanta o sistema de ensino a gente unifica a rede ou quase chega lá. (Secretária Municipal da Educação - município A)

Pelos dizeres da secretaria podemos perceber que havia no município uma preocupação com a padronização do ensino em todas as escolas da rede municipal, e essa padronização é entendida pela secretária como uma possibilidade de garantir uma qualificação para todas as escolas, independente de sua localização e do público atendido por aquela escola.

4. Contextualização do município B

O município B analisado localiza-se no interior do Estado de São Paulo, possui uma área de 503 quilômetros quadrados, um total de 34.606 habitantes e tem como principal atividade econômica: prestação de serviços, a indústria e a agropecuária.

A política de municipalização das escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental do ciclo I teve início no final da década de 1990, no momento em que a administração firmou o convênio com o governo do Estado assumindo o atendimento de uma escola estadual do primeiro ciclo - antiga 4ª série. (SPEGIORINI, p. 4, 2008)

4.1. Adoção do Sistema de Ensino

Em 2005, a administração municipal era responsável pelo atendimento de 82% dos estudantes do Ensino Fundamental sendo que em 2007, toda a rede de ensino havia sido municipalizada contabilizando 4.390 alunos matriculados em oito escolas municipais.

Em 2005, com a crescente municipalização do ensino foi firmada uma parceria para a compra de um sistema de ensino privado Y visando melhorar os índices de qualidade na educação do município.

Segundo depoimentos dos gestores entrevistados, a opção pela adoção do sistema privado de ensino combinada com a municipalização da rede está relacionada à garantia de uma melhor qualificação do ensino municipal, associada à preocupação de elevar os índices dos indicadores educacionais referentes aos resultados das avaliações externas federais.

Segundo o Secretário Municipal de Planejamento e Administração, outro aspecto positivo seria os ganhos na política local, uma vez que a melhoria da qualidade do ensino poderia ser um importante instrumento na disputa eleitoral.

Esta parceria entre a administração municipal e a empresa privada Y foi realizada por intermédio de um contrato de licitação para a compra de um material de ensino privado, “apostilas específicas”, que são produzidas pela empresa para serem comercializadas somente na rede pública de ensino, em substituição aos livros didáticos das diferentes áreas do conhecimento que são distribuídos gratuitamente pelo programa do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) do Ministério da Educação.²

A compra, realizada por licitação, redonda em um contrato no qual está incluso um pacote contendo: produção e distribuição de apostilas, prestação de assessorias pedagógicas, fornecimento de equipamentos eletrônicos para serem utilizados nos cursos de capacitação, formação continuada (cursos e teleconferências, avaliações do trabalho docente oferecidas à administração municipal). (SPEGIORINI, D. 2008).

² A mesma empresa produz e comercializa em escolas particulares kits de material didático, prestando ainda assessoria. Todavia, o material destinado ao ensino privado é diferenciado daquele oferecido às escolas públicas. Há um setor específico na empresa que atende às redes públicas de ensino (ADRIÃO, et al, 2009).

A empresa Y possui ainda um sítio eletrônico contendo um conjunto de informações e orientações disponíveis aos professores por intermédio de acesso on-line, com o intuito de garantir uma formação docente adequada para a posterior utilização do material apostilado.

Durante quatro anos foram oferecidos aos professores da rede municipal de educação cursos de Pedagogia presenciais - ministrados pela instituição privada. No mesmo período e por intermédio de um sistema de parceria com a UNESP, a partir do Plano de Ações Articuladas (PAR), programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A finalidade dos cursos de capacitação era contribuir para melhorar a formação docente dos profissionais da educação, o que resultou na graduação de toda a rede, sendo raro encontrar profissionais que não possuem um curso superior. Os docentes também realizaram, ao longo do período cursos por meio de parcerias entre o município e o governo federal.

De acordo com a secretária municipal de educação da época, um aspecto positivo da parceria com a empresa privada era a garantia de uma assessoria pedagógica oferecida aos professores por intermédio de suporte pedagógico e cursos de formação docente sem custos adicionais, conforme nos diz a atual secretária municipal de educação. O trecho abaixo extraído de entrevista com a secretária de educação ilustra esse posicionamento:

os nossos professores todo mês recebem a visita do pessoal da empresa Y, pessoal do suporte pedagógico, (...) eles vem fazendo ao longo deste tempo todo, as terças e quintas-feiras, através da nossa tele-sala, que foi feita posteriormente ao contrato e o contrato também foi feito posteriormente, fazendo, oferecendo cursos de atualização para todos os nossos professores a custo zero. (Secretária Municipal da Educação da época – município B)

Segundo dados de entrevista realizada com a Secretária de Educação, além do material apostilado e dos cursos de capacitação e formação continuada a empresa também realizou uma avaliação com os alunos em toda a rede, mas os resultados não foram divulgados nas escolas; estes somente foram repassados para a Secretaria da Educação. E o mecanismo de avaliação destinado aos professores consistia em: assistir a aula do professor e preencher um relatório que deveria ser entregue na Secretaria da Educação.

4.2. A ruptura com o Sistema de Ensino

Como a implantação do sistema de ensino privado foi uma decisão tomada pela gestão do sistema no âmbito da Secretaria da Educação - não sendo realizada reunião de consulta ao Conselho Municipal de Educação - houve muita polêmica e crítica por parte dos professores. O trecho abaixo extraído de entrevista com a secretária atual de educação ilustra esse posicionamento:

Os professores não tiveram conhecimento. Foi implantado de cima para baixo. Determinou-se que ia e não houve reunião com o Conselho Municipal de Educação. E eu digo que não porque eu sempre fiz parte do Conselho e não houve essa socialização. Então houve muita polêmica, muita discussão e com o tempo, à medida que foi usando houve uma grande rejeição, bastante crítica e por isso nós resolvemos mudar. (Secretária Municipal da Educação atual – município B)

De acordo com a Secretária de Educação municipal, um aspecto negativo deste tipo de parceria é o sistema ter sido muito “engessado” apesar dos vários questionamentos dos professores. O trecho abaixo extraído de entrevista com a secretária de educação ilustra esse posicionamento:

Não, tínhamos não né! Porque o professor que é ousado ele recria e ensina para aquilo, mas a maioria, ainda o professor diz àquela frase que dói muito: “Olha, eu tenho que cumprir aquele conteúdo no bimestre!”. Isso é péssimo. Acho que isso não cabe dentro da educação. A gente vale dizer que a gente não educa. (Secretária Municipal da Educação atual – município B)

A assessoria pedagógica da empresa Y oferecida aos professores da rede era muito deficitária consistindo em uma breve visita dispensada a cada bimestre em uma unidade. Eles ofereciam assistência on-line, mas a disponibilidade dos professores era escassa e a comunicação era mínima.

A administração local rompeu o contrato de compra deste sistema de ensino apostilado porque o avaliou como um sistema impróprio para ser adotado de maneira padronizada em escolas e comunidades diferenciadas.

Segundo a Secretária da Educação, ainda, um aspecto negativo na utilização sistemática da apostila é que os alunos, segundo ela, “ficaram preguiçosos e não queriam mais escrever”. Além disso, nos últimos anos as respostas das atividades de tarefa para casa eram copiadas das apostilas guardadas dos irmãos ou primos deles.

Segundo o depoimento do responsável pela contabilidade municipal, outro aspecto negativo da parceria estava relacionado à organização didática do material, mencionando o distanciamento entre os textos e a realidade local.

Segundo dados de entrevista realizada com a Secretária de Educação, é importante mencionar os excessivos custos anuais da compra do sistema de ensino privado: aproximadamente 1 milhão de reais, correspondendo à quantia total de todos os recursos disponíveis para o município. Com a ruptura do contrato para a compra deste material, a verba repassada para o município B foi utilizada para: renovar a frota escolar, resolver problemas de infra-estrutura, reorganizar os laboratórios de informática.

Apesar da ruptura do contrato com a empresa Y, o município B ainda continua recebendo convites desta e de muitas outras empresas, conforme ilustra o depoimento abaixo:

... eu lembro que em gestões anteriores quem entrava em contato era o próprio dono da empresa depois ele fazia um convite para uma visita lá pra ver toda a infra-estrutura dele que é diferente da nossa, entre você trazer o sistema apostilado sem um apoio sem uma infra-estrutura dentro de uma Rede Pública com a maioria dos alunos com um outro modelo de família, então foi complicado pra dar certo. (Secretária Municipal da Educação atual – município B)

Podemos perceber pelos depoimentos dos gestores dois posicionamentos muito diferentes no que se refere ao momento de adoção e ruptura na utilização do sistema apostilado de ensino por intermédio das parcerias público – privado: a opção de adoção estava relacionada, entre outros fatores, “às dificuldades encontradas na qualificação do ensino municipal, para o que, inferimos, o processo de municipalização tal como implementado no Estado de São Paulo concorreu como variável relevante”. (SPEGIORINI, D. 2008, p.6)

Entretanto, a opção de ruptura estava relacionada, entre outros fatores, aos coordenadores pedagógicos da administração atual, estarem convencidos de que é necessária uma melhor administração, investimento no aspecto pedagógico com a utilização de matérias oferecidos pelo MEC através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com a finalidade de auto-gestão dos recursos financeiros e pedagógicos do município.

O trecho abaixo extraído de entrevista com a secretária de educação ilustra esse posicionamento:

Em dezembro de 2008, não houve transição sistemática, mas nós adiantamos e utilizamos a casa de um professor e convidamos toda a Rede pra analisar todo o sistema. Tinham 4 ou 5 sistemas, inclusive o da empresa Y, e na análise do material fizeram a opção de um outro, se fosse, e aí chegou um momento em que, no começo, não se tinha a previsão orçamentária suficiente porque ia ficar muito mais caro. Então reunimos o Conselho Municipal de Educação... e decidimos arriscar a voltar usar o Livro Didático”. (Secretária Municipal da Educação atual – município B)

Desta forma no final de 2008 o município encerrou a parceria com a empresa privada Y, inscrevendo-se no PNLD.

Não podemos deixar de mencionar que outro fator para a ruptura com o sistema de ensino seria a questão político-partidária, pois segundo dados de entrevistas, a comunidade local já esperava que haveria a ruptura do sistema de ensino com a eleição de um novo prefeito.

Considerações Finais

A partir dos dados coletados durante a pesquisa, podemos inferir que em ambos os municípios, os gestores municipais de educação utilizam-se de argumentos semelhantes para justificar tanto a adoção quanto a ruptura com o Sistema de Ensino Privado.

A justificativa para a adoção do Sistema de Ensino Privado em ambos os municípios, é a garantia de qualidade da educação, e posterior elevação dos índices extraídos de avaliações externas federais. Segundo os gestores o caminho para garantir tal qualificação seria a da padronização da rede através de currículos únicos por meio de um sistema apostilado. Tais justificativas corroboram resultados de estudos sobre as parcerias para uso de sistemas privados de ensino em outros municípios paulistas, tais como os de BEZERRA (2008), SPEGIORINI (2008) e CAIN (2010) todos citados no relatório da pesquisa anterior.

Nos dois municípios pesquisados, os gestores municipais de educação mencionam que é não é possível garantir a padronização do ensino em comunidades e realidades diferenciadas. O município B pesquisado utilizou este argumento para romper com o sistema, conforme ilustra o seguinte excerto de uma entrevista realizada com a atual secretária da educação: “achamos altamente positivo esse rompimento desse sistema impróprio porque nós temos escolas e comunidades diferentes. Vocês podem

visitar as escolas e as clientelas são diferentes.” (Secretária Municipal da Educação atual – município B)

Entretanto no município A, podemos verificar pela entrevista com a secretária municipal da educação, que este argumento não justifica a ruptura com o sistema, uma vez que garante a qualidade da educação oferecendo um currículo mínimo padronizado para as diferentes realidades escolares.

Entendemos que a padronização do ensino, fere um princípio da autonomia pedagógica e da diversidade curricular expressas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 publicada em 1996. A autonomia pedagógica é um direito estabelecido pela legislação brasileira vigente, uma ideia relacionada à liberdade das unidades escolares em elaborar seu próprio projeto pedagógico orientando-o para que este articule os contextos nos quais o estabelecimento se situa com as diretrizes curriculares nacionais.

Segundo a LDB, em seu artigo 15º “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.” (BRASIL, 1996).

Segundo a secretária de educação atual do município B, o ponto negativo desta parceria era o sistema ter sido muito engessado e que apesar dos vários questionamentos dos professores a escola perdeu um pouco da autonomia pedagógica. O Tribunal de Contas contestou e questionou todos os responsáveis pela gestão pública municipal sobre a implementação de um sistema que não respeita a autonomia pedagógica da escola, um princípio legal imprescindível na elaboração do Projeto político Pedagógico construído com toda a comunidade escolar conforme consta na LDB (Leis e Diretrizes Básicas da Educação).

Acreditamos que quando os gestores adotam medidas para unificar toda a rede, adotando sistemas privados de ensino, utilizando apostilas com currículos únicos para todas as suas escolas, elas acabam ferindo esse princípio da autonomia pedagógica e da diversidade curricular de cada unidade de ensino. Pois esse tipo de material parece não considerar as especificidades de cada escola, e as mesmas passam a não ter autonomia

para elaborar seus projetos políticos pedagógicos, pois acabam ficando presas a padronização do ensino.

Finalmente, em relação ao município que optou por não manter a parceria com a empresa privada, temos a considerar que além das questões político partidárias, os gestores deste município reconhecem a diversidade das escolas e afirmam ser extremamente difícil padronizar o ensino com um currículo único, e que a qualidade da educação está em respeitar essa diversidade, garantindo a autonomia para as escolas, ao invés de unificar toda a rede com um sistema apostilado.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T. e GARCIA, T. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135: 779-96. set./dez. de 2008.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, T. et. al. **Estratégias municipais para a oferta da educação básica**: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. 2009. (Relatório de pesquisa).

ARELARO, L. R G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política. In **Educação e Sociedade**. v. 28, n.100-Especial, p. 899-919, out. 2007.

BEZERRA E.P. **Parceria Público-Privada nos Municípios de Brotas e Pirassununga**: Estratégias para a Oferta do Ensino? 205f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRESSER PEREIRA L. C . A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova [online]**. 1998, n.45, pp. 49-95.

_____, Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. **RAE**, São Paulo n. 1, jan/mar. 2010.

FONSECA, M. Gestão escolar em tempo de redefinição do papel do Estado: planos de desenvolvimento e PPP em debate. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 185-198, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

NUNES, P.S., PATRICIO, C. **Entrevista realizada com a secretária municipal da educação de Cravinhos**, em novembro de 2010, arquivo digitalizado.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**, v. 28, n.100, p. 877-897, out. 2007.

SILVA, M. A. da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações in: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/04/2010.

SOUZA, S. Z. L. e OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-865, 2003.

SOUSA, S. M. Z. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, 119, pp. 175-190, 2003.

SPEGIORINI, D. J. (2008). **Sistema apostilado de ensino e organização do trabalho pedagógico: a lógica do setor privado no ensino público**. Ribeirão Preto. Pesquisa financiada pela FAPESP.

Entrevistas

Secretária Municipal de Educação Município A. [Entrevista]. 2010. Entrevista concedida a Paula de Souza Nunes e Claudia Vieira Patrício em 26 de outubro de 2010, na Secretaria Municipal de Educação. Arquivos de Pesquisa.

Diretora Município B. [Entrevista] 2010. Entrevista concedida a Teise de Oliveira Guaranha Garcia, Vanessa Purificação, Adriana Sina Telles em 23 de novembro de 2010 na Secretaria Municipal de Educação. Arquivos de Pesquisa.

Secretária Municipal de Educação Atual município B [Entrevista] 2010. Entrevista concedida a Teise de Oliveira Guaranha Garcia, Vanessa Purificação, Adriana Sina Telles em 13 de outubro de 2010 na Secretaria Municipal de Educação. Arquivos de Pesquisa.

Secretário Municipal de Planejamento e Administração Município B [Entrevista] 2008. Entrevista concedida a Daniela Junqueira Spegiolini em 27 de março de 2008 na Secretaria Municipal de Educação. Arquivos de Pesquisa.